

Artigo:

Livros didáticos como dispositivos de biopoder: produção de feminilidades normativas no PNLD

Textbooks as biopower devices: production of normative femininities in Brazil's National Textbook Program

Libros de texto como dispositivos de biopoder: producción de feminidades normativas en el PNLD

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.18671626>

Vania Gomes Cardoso

Mestre em Educação – UFG, Centro Universitário de Iporá – UNIPORÁ, vaniagomescardoso@gmail.com

Vivianne Oliveira Gomes

Doutora em Ciências do Esporte – UCLM/Espanha, Universidade Federal de Jataí, vivianneoliveira@ufj.edu.br

Resumo

Os livros didáticos constituem dispositivos pedagógicos que operam para além da transmissão de conteúdos, participando ativamente da produção e legitimação de regimes de verdade sobre as identidades de gênero. Embora estudos recentes identifiquem a persistência de estereótipos de gênero em materiais didáticos distribuídos pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), permanecem pouco explorados os mecanismos discursivos específicos através dos quais tais representações naturalizam desigualdades e produzem subjetividades generificadas. Este artigo analisa como livros didáticos aprovados pelo PNLD (2017-2019) funcionam como tecnologias de biopoder na produção de feminilidades normativas. Mediante Análise do Discurso foucaultiana, examinam-se 18 sequências discursivas, verbais e imagéticas, extraídas de quatro livros do Ensino Fundamental: Português Linguagens, Vontade de Saber Geografia, Companhia das Ciências e Vontade de Saber História. A análise demonstra que três mecanismos discursivos operam de forma sistemática: a universalização, que apresenta arranjos sociais contingentes como evidências trans-históricas da “natureza feminina”; a biologização, que reduz identidades de gênero a determinações anatômicas, ocultando processos históricos e políticos; e a fragmentação, que multiplica representações femininas em papéis limitados (maternidade, domesticidade, cuidado), impedindo a constituição de mulheres como sujeitos políticos integrais. Argumenta-se que esses mecanismos não constituem meros preconceitos, mas operam como tecnologias de governamentalidade que regulam as possibilidades de existência das estudantes, produzindo efeitos particularmente excludentes para mulheres negras, LGBTQIA+, gordas e idosas. O estudo evidencia que políticas de material didático necessitam superar a mera identificação de estereótipos, problematizando os regimes de verdade que naturalizam a diferença sexual como fundamento biológico das desigualdades de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: livro didático; gênero; biopoder.

Abstract

Textbooks constitute pedagogical devices that operate beyond content transmission, actively participating in the production and legitimization of regimes of truth about gender identities. Although recent studies identify the persistence of gender stereotypes in teaching materials distributed by Brazil's National Textbook Program (PNLD), the specific discursive mechanisms through which such representations naturalize inequalities and produce gendered subjectivities remain underexplored. This article analyzes how textbooks approved by PNLD (2017-2019) function as biopower technologies in the production of normative femininities. Through Foucault-inspired Discourse Analysis, we examine 18 discursive sequences, verbal and imagetic, extracted from four Elementary Education textbooks: Portuguese Language, Geography Yearning to Know, Company of Sciences, and History Yearning to Know. The analysis demonstrates that three discursive mechanisms operate systematically: universalization, which presents contingent social arrangements as trans-historical evidence of "feminine nature"; biologization, which reduces gender identities to anatomical determinations, concealing historical and political processes; and fragmentation, which multiplies feminine representations into limited roles (motherhood, domesticity, care), preventing the constitution of women as integral political subjects. We argue that these mechanisms do not constitute mere prejudices but operate as governmentality technologies that regulate the possibilities of existence for female students, producing particularly exclusionary effects for Black, LGBTQIA+, fat, and elderly women. The study shows that textbook policies need to go beyond merely identifying stereotypes, problematizing the regimes of truth that naturalize sexual difference as the biological foundation of gender inequalities.

KEY-WORDS: textbook; gender; biopower

Resumen

Los libros de texto constituyen dispositivos pedagógicos que operan más allá de la transmisión de contenidos, participando activamente en la producción y legitimación de regímenes de verdad sobre las identidades de género. Aunque estudios recientes identifican la persistencia de estereotipos de género en materiales didácticos distribuidos por el Programa Nacional del Libro y Material Didáctico (PNLD), los mecanismos discursivos específicos a través de los cuales tales representaciones naturalizan desigualdades y producen subjetividades generizadas permanecen poco explorados. Este artículo analiza cómo los libros de texto aprobados por el PNLD (2017-2019) funcionan como tecnologías de biopoder en la producción de feminidades normativas. Mediante Análisis del Discurso foucaultiano, se examinan 18 secuencias discursivas, verbales y imagéticas, extraídas de cuatro libros de Educación Primaria: Lenguaje Portugués, Voluntad de Saber Geografía, Compañía de las Ciencias y Voluntad de Saber Historia. El análisis demuestra que tres mecanismos discursivos operan de forma sistemática: la universalización, que presenta arreglos sociales contingentes como evidencias transhistóricas de la "naturaleza femenina"; la biologización, que reduce identidades de género a determinaciones anatómicas, ocultando procesos históricos y políticos; y la fragmentación, que multiplica representaciones femeninas en papeles limitados (maternidad, domesticidad, cuidado), impidiendo la constitución de mujeres como sujetos políticos integrales. Se argumenta que estos mecanismos no constituyen meros prejuicios, sino que operan como tecnologías de gubernamentalidad que regulan las posibilidades de existencia de las estudiantes, produciendo efectos particularmente excluyentes para mujeres negras, LGBTQIA+, gordas y ancianas. El estudio evidencia que las políticas de material didáctico necesitan superar la mera identificación de estereotipos, problematizando los regímenes de verdad que naturalizan la diferencia sexual como fundamento biológico de las desigualdades de género.

PALABRAS-CLAVE: libro de texto; género; biopoder.

INTRODUÇÃO

O livro didático configura-se como artefato cultural privilegiado no contexto educacional brasileiro, especialmente após a institucionalização do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em 1985. Choppin (2004) demonstra que os livros didáticos não são simples ferramentas pedagógicas, mas produtos culturais complexos que refletem e transmitem valores, ideologias e relações de poder. Mais do que ferramenta de apoio docente, esse material constitui-se como tecnologia impregnada de discursos que veiculam representações sociais e relações de poder, operando ativamente na produção de subjetividades generificadas.

O campo de estudos sobre representações de gênero em livros didáticos consolidou-se a partir da década de 1970 (Rosemberg, 1975; Louro, 1997; Vianna; Unbehaum, 2004), revelando que as representações veiculadas nos materiais didáticos não são neutras, mas refletem e reforçam hierarquias sociais historicamente construídas. Nicareta (2023) demonstra que entre a Primeira República e a Era Vargas, as disputas políticas manifestaram-se nas páginas dos livros escolares, produzindo representações sobre o papel social das mulheres que contribuíram para a naturalização de desigualdades de gênero.

Pesquisas recentes evidenciam a persistência dessas representações estereotipadas mesmo em materiais aprovados pelo PNLD no século XXI. Mariano e Ferreira (2023) identificaram que livros didáticos dos anos finais do Ensino Fundamental continuam reforçando estereótipos de gênero e mantendo a heterossexualidade como única forma legítima de sexualidade. Gonçalves et al. (2019) evidenciaram que a invisibilidade das mulheres na história da ciência transcende o campo das humanidades, atingindo também as ciências exatas e naturais. Entretanto, permanecem lacunas na compreensão dos mecanismos discursivos específicos através dos quais

operam tais representações e na identificação dos dispositivos que naturalizam hierarquias de gênero como evidências inquestionáveis.

Este artigo, derivado de dissertação de mestrado defendida em 2019, analisa os discursos sobre a construção corporal da mulher em livros didáticos do Ensino Fundamental, tomando como referencial teórico-metodológico a Análise do Discurso de orientação foucaultiana. A pesquisa original examinou 42 sequências discursivas, sendo 23 imagéticas e 19 verbais. Para este recorte, selecionamos 8 sequências imagéticas particularmente representativas dos dispositivos discursivos identificados, priorizando aquelas que melhor exemplificam os mecanismos de naturalização de hierarquias de gênero. A escolha desse referencial justifica-se pela potência dos conceitos de biopoder, práticas de subjetivação e regimes de verdade para compreender como o livro didático opera na produção de corpos dóceis e normalizados, inscrevendo no feminino marcas de submissão, estereotipação e objetificação.

Compreendemos, a partir de Foucault (2005, 2008), que o poder não se exerce apenas pela repressão ou interdição, mas fundamentalmente pela produção de saberes, discursos e práticas que constituem os sujeitos. O biopoder, enquanto modalidade de exercício do poder sobre a vida e os corpos, manifesta-se de forma capilar nas instituições sociais, e a escola, por meio de seus materiais didáticos, configura-se como importante dispositivo nessa rede de poder-saber que produz e reproduz identidades generificadas.

Fontinele e Costa (2020) demonstram que a normatização do corpo feminino na contemporaneidade opera através de modos sofisticados de subjetivação que articulam biopoder e sociedade de controle, estabelecendo padrões de beleza que funcionam como tecnologias de governo dos corpos. Rodrigues e Zoboli (2022) avançam essa discussão ao analisar como a categoria “mulher” funciona como dispositivo biopolítico de educação dos corpos, especialmente por meio de políticas públicas que produzem e retroalimentam formas específicas de subjetividade feminina.

O problema que orienta este estudo formula-se nos seguintes termos: por quais dispositivos discursivos específicos os livros didáticos operam na naturalização de hierarquias de gênero e na produção de subjetividades femininas normalizadas? Quais mecanismos de poder-saber sustentam as representações do corpo feminino nesses materiais? Tais questionamentos permitiram delinear como objetivo central deste trabalho identificar e analisar os dispositivos discursivos pelos quais livros didáticos naturalizam desigualdades de gênero, examinando as estratégias que associam a mulher a estereótipos, tarefas domésticas e maternidade compulsória.

Este estudo justifica-se pela necessidade de avançar além da mera constatação da presença de estereótipos nos livros didáticos, identificando e nomeando os mecanismos discursivos específicos que operam na naturalização dessas representações. Compreender tais dispositivos constitui passo fundamental para a construção de práticas pedagógicas mais críticas e transformadoras, capazes de desestabilizar naturalizações e ampliar os horizontes de possibilidade para meninas e mulheres no contexto escolar e social. A investigação busca contribuir para o campo dos estudos de gênero e educação, fornecendo subsídios teóricos e analíticos para formação docente crítica e reformulação de políticas públicas de avaliação de materiais didáticos.

CORPO FEMININO E EDUCAÇÃO: CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E DISPOSITIVOS DE CONTROLE

A construção histórica da figura feminina revela um processo secular de subordinação e invisibilização, marcado pela imposição de papéis sociais específicos que vincularam a mulher ao espaço doméstico e à maternidade. Compreender essa trajetória histórica torna-se fundamental para analisar como tais representações persistem e se atualizam nos materiais didáticos contemporâneos, operando não como meras reproduções do passado, mas como dispositivos ativos de produção de subjetividades femininas normalizadas.

Nos séculos XIX e XX, período de consolidação do capitalismo e fortalecimento da burguesia, a mulher ocupava papel secundário na sociedade, definida fundamentalmente por sua função procriadora e sua submissão, primeiro ao pai e irmãos, depois ao marido. Os casamentos configuravam-se como transações econômicas nas quais as mulheres representavam moeda de troca para manter heranças e ampliar fortunas. Del Priore (2011) destaca que aos maridos cabia demonstrar-se dominadores e voluntariosos, enquanto às mulheres competia apresentar-se fiéis, submissas e recolhidas, tendo a procriação como tarefa mais importante. Essa construção histórica da mulher como ser destinado à domesticidade e à maternidade materializa-se nos livros didáticos contemporâneos mediante representações que atualizam, sob novas formas, os mesmos dispositivos de subordinação.

A educação feminina estruturou-se historicamente como instrumento de preparação para a submissão. Às meninas ensinavam-se prendas domésticas, bordados, cozinha e, principalmente, a obediência às figuras masculinas de autoridade. Riccioppo e Gatti (2020) demonstram que o civismo e o patriotismo na escolarização feminina no Brasil, exemplificado pela Escola de Economia Doméstica de Uberaba (1953-1963), materializaram uma pedagogia voltada para a formação de “boas esposas” e “mães patrióticas”, naturalizando a domesticidade como essência feminina. A mulher instruída do século XIX não representava emancipação, mas sim o aperfeiçoamento de seu papel como auxiliar do homem, destituída de participação política ou econômica e considerada incapaz de cidadania plena. Os periódicos da época veiculavam prescrições detalhadas sobre o comportamento feminino ideal, materializando discursos que naturalizavam a subordinação como essência feminina.

A transição para o século XX trouxe transformações contraditórias. Se por um lado as mulheres adentraram o mercado de trabalho em maior número, especialmente durante as Grandes Guerras, por outro essa inserção não significou emancipação, mas sobrecarga: a trabalhadora precisava acumular as

funções profissionais com as responsabilidades domésticas e maternas, sendo remunerada com salários inferiores aos masculinos para as mesmas atividades. Louro (2004) observa que a feminização do magistério no Brasil exemplifica esse processo contraditório: embora o acesso à docência representasse certa ampliação de possibilidades para mulheres de classe média, ensinar crianças foi naturalizado como extensão da maternidade, justificando baixos salários e condições precárias de trabalho.

A construção da identidade feminina enquanto processo histórico revela-se marcada por descontinuidades e resistências. Bauman (2005) compreende a identidade como construção social em permanente crise, especialmente para grupos aos quais foi negado o direito de reivindicar uma identidade distinta das classificações impostas. Para as mulheres, essa crise identitária manifesta-se na tensão entre identidades seculares impostas socialmente e as identidades reivindicadas pelas lutas feministas por reconhecimento e espaço.

O lugar e o papel da mulher na sociedade moderna permanecem atravessados por contradições que se manifestam nos materiais didáticos analisados. Não obstante os avanços proporcionados pelas lutas feministas, persistem barreiras estruturais e simbólicas que limitam a plena participação feminina nos espaços de poder e decisão. Santos (2022) argumenta que as reflexões foucaultianas sobre o assujeitamento dos corpos dóceis permanecem fundamentais para compreender como o poder disciplinar opera especificamente sobre o corpo feminino, colocando a mulher em condição de cordialidade diante da socialização patriarcal. A naturalização de funções “tipicamente femininas”, a manutenção da dupla jornada de trabalho e a objetificação do corpo feminino demonstram a persistência de mecanismos de subordinação que o livro didático não apenas reflete, mas ativamente produz e legitima.

O livro didático insere-se, portanto, como dispositivo de produção e reprodução de sentidos sobre o feminino. Enquanto produto cultural, veicula

representações que frequentemente reforçam estereótipos e naturalizam desigualdades. Beauvoir (1980) nos ensina que ninguém nasce mulher, torna-se mulher. Esse tornar-se mulher é mediado por processos educativos formais e informais que inscrevem nos corpos e subjetividades femininas normas de conduta, expectativas comportamentais e limitações de possibilidades. O livro didático participa ativamente desse processo de fabricação do feminino, delimitando espaços, naturalizando diferenças e legitimando hierarquias em suas representações textuais e imagéticas.

METODOLOGIA

Esta pesquisa adota como referencial teórico-metodológico a Análise do Discurso de orientação foucaultiana, compreendendo o discurso não como mero encadeamento lógico de palavras e frases, mas como prática social permeada por relações de poder-saber que produzem subjetividades e constroem regimes de verdade. Para Foucault (2008), os discursos são muito mais do que palavras organizadas em textos: constituem-se como objetos de desejo e disputa, transcendendo sua função representacional para se tornarem aquilo pelo que se luta, dotados de poder intrínseco de reprodução e dominação. A análise foucaultiana permite interrogar como determinados enunciados se constituem historicamente como verdadeiros, quais mecanismos permitem distinguir enunciados verdadeiros de falsos e qual o estatuto daqueles autorizados a dizer o que funciona como verdade. Neste estudo, interessa-nos compreender especificamente como o livro didático opera na produção de verdades sobre o corpo feminino, naturalizando representações que favorecem a manutenção de hierarquias de gênero.

O conceito de biopoder revela-se particularmente produtivo para esta análise. Foucault (2005) distingue o poder soberano, caracterizado pelo fazer morrer ou deixar viver, do biopoder, que se exerce como fazer viver e deixar morrer, operando sobre a vida das populações mediante mecanismos reguladores. Lacerda e Rocha (2018) esclarecem que o biopoder não atua

apenas sobre corpos individuais (anátomo-política), mas também sobre a população enquanto espécie (biopolítica), regulando processos biológicos como natalidade, mortalidade, saúde e reprodução. É nesse contexto que situamos o livro didático como dispositivo de poder, incidindo sobre os corpos não por repressão direta, mas pela produção de saberes, normas e representações que moldam subjetividades e naturalizam desigualdades.

Na perspectiva foucaultiana, o sujeito é produzido nas malhas do discurso por meio de práticas de subjetivação e objetificação. A subjetivação refere-se aos processos pelos quais nos tornamos quem somos pela apropriação de discursos e técnicas de si, enquanto a objetificação designa a transformação do sujeito em objeto de conhecimento e intervenção. Furtado e Camilo (2017) demonstram que esse duplo processo permite compreender como as relações de poder-saber permeiam concretamente nossas existências, produzindo formas específicas de subjetividade adequadas aos interesses de controle social. O corpo feminino, conforme representado nos livros didáticos, torna-se simultaneamente alvo de objetificação, sendo reduzido a funções biológicas e papéis sociais específicos, e objeto de discursos que produzem modos particulares de subjetivação feminina. A noção de formação discursiva permite compreender como determinados temas, conceitos e modalidades enunciativas se articulam de forma regular nos materiais didáticos, produzindo efeitos de verdade sobre o feminino.

O *corpus* desta investigação constituiu-se originalmente de 42 sequências discursivas, sendo 23 imagéticas e 19 verbais, extraídas de quatro livros didáticos publicados em 2015 e aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático para o triênio 2017-2019, destinados aos anos finais do Ensino Fundamental. Trabalhamos com os seguintes materiais: Português Linguagens, 8º ano (Cereja; Magalhães, 2015), Vontade de Saber – Geografia, 8º ano (Torrezani, 2015), Companhia das Ciências – 8º ano (Usberco et al., 2015) e Vontade de saber – História, 9º ano (Grinberg; Dias; Pellegrini, 2015). Para este

artigo, selecionamos 8 sequências imagéticas particularmente representativas dos dispositivos discursivos identificados.

A escolha desses materiais justifica-se por múltiplas razões. Primeiro, são obras aprovadas pelo PNLD, o que lhes confere ampla circulação e legitimidade institucional nas escolas públicas brasileiras. Como observam Oliveira e Costa (2021), o PNLD configura-se como um dos maiores programas de distribuição de livros didáticos do mundo, movimentando recursos significativos e consolidando-se como importante política pública educacional brasileira. Segundo, a escolha deliberada de diferentes componentes curriculares permite evidenciar a transversalidade dos discursos sobre o feminino, demonstrando como determinadas representações perpassam distintos campos do conhecimento escolar. Por fim, concentramo-nos no 8º ano do Ensino Fundamental, excetuando História, porque nesse nível escolar os estudantes trabalham com o fazer humano em suas dimensões sociais, históricas e científicas, contextos nos quais as representações de gênero tornam-se particularmente visíveis.

Definimos critérios claros para a seleção das sequências: representatividade dos três eixos analíticos (corpo estereotipado, trabalho doméstico e maternidade), exemplificação clara dos dispositivos de naturalização (universalização, biologização e fragmentação), potencial ilustrativo dos mecanismos de poder-saber identificados e diversidade de componentes curriculares. O procedimento analítico desenvolveu-se em etapas sucessivas e cuidadosas. Inicialmente, realizamos leitura exploratória integral dos quatro livros didáticos, totalizando 1.248 páginas. Em seguida, identificamos e catalogamos todas as sequências discursivas que apresentavam representações femininas, chegando a 87 ocorrências. Dessa catalogação inicial, selecionamos 42 sequências que apresentavam maior recorrência temática, potencial de naturalização de estereótipos e representatividade dos eixos analíticos. Finalmente, submetemos cada sequência à análise discursiva minuciosa, considerando elementos verbais e

não-verbais, relações de poder-saber materializadas, efeitos de verdade produzidos e posições de sujeito oferecidas, autorizadas ou interditadas.

Para este artigo, realizamos seleção adicional, priorizando as 8 imagens que melhor exemplificam os dispositivos identificados, permitem análise aprofundada dos mecanismos discursivos, articulam significativamente elementos verbais e imagéticos e representam equilibradamente os três eixos analíticos. Compreendemos os livros didáticos selecionados simultaneamente como documentos e monumentos, seguindo a conceituação de Le Goff (1996). Enquanto monumentos, ligam-se ao poder de perpetuação das sociedades históricas, constituindo legados à memória coletiva que reatualizam e legitimam discursos sobre os lugares sociais apropriados para mulheres e homens. Enquanto documentos, constituem fontes privilegiadas para investigação dos regimes de verdade que operam na produção de saberes escolares sobre gênero e corpo.

Fundamentamos nossos procedimentos de análise naquilo que Orlandi (2009) denomina “dispositivo de interpretação”: colocar o dito em relação ao não dito, articulando aquilo que é explicitamente enunciado com os silenciamentos, as ausências e os pressupostos que estruturam o discurso. Tratou-se de interrogar não apenas o que os textos e imagens dizem sobre as mulheres, mas especialmente o que produzem enquanto efeitos de verdade, quais possibilidades de identificação oferecem e quais subjetividades femininas autorizam ou interditam.

DISPOSITIVOS DISCURSIVOS E PRODUÇÃO DE FEMINILIDADES

Os discursos identificados organizam-se em torno de três eixos principais que estruturam as representações do feminino: o corpo estereotipado, a vinculação a tarefas domésticas e de cuidado, e a maternidade como destino natural. Esses eixos não existem isoladamente, mas se articulam na produção de um regime de verdade sobre o que significa ser mulher. Nossa análise permitiu identificar três mecanismos discursivos centrais que operam

sistematicamente nesses materiais: universalização, biologização e fragmentação.

O primeiro eixo analítico centra-se no corpo estereotipado por meio de marcadores estéticos, raciais e etários. Nossa análise revelou um padrão preocupante: os livros didáticos persistem em naturalizar lugares sociais específicos para as mulheres, estabelecendo fronteiras rígidas entre corpos legítimos e corpos desviantes. Como observava Louro (1997), a escola sempre dividiu seus sujeitos mediante múltiplos mecanismos de classificação, e o livro didático opera centralmente nessa produção de diferenças, fabricando subjetividades generificadas através de representações textuais e imagéticas.

Brito e DallaBona (2014) definem estereótipo como uma impressão que marca determinantemente as relações sociais, cristalizando comportamentos e atitudes numa crença de que foram dados naturalmente. Nos materiais analisados, essa cristalização manifesta-se eloquentemente nos números: das 23 sequências imagéticas, 19 (82,6%) apresentavam mulheres em conformidade estrita com padrões hegemônicos de beleza (brancas, magras, jovens, cisgêneras e heterossexuais). Mulheres negras aparecem em apenas 4 ocorrências (17,4%), predominantemente em contextos problemáticos: escravidão histórica, pobreza em países subdesenvolvidos ou serviços domésticos. Mulheres gordas foram identificadas em 2 sequências (8,7%), sempre associadas a doenças ou falta de autocuidado, enquanto mulheres idosas apareceram em 3 sequências (13%), invariavelmente como avós em contextos familiares. Nenhuma representação de mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais ou não-binárias foi identificada, evidenciando apagamento sistemático das diversidades sexuais e de gênero.

Esses achados convergem significativamente com pesquisas recentes. Mariano e Ferreira (2023) identificaram em livros didáticos dos anos finais do Ensino Fundamental a persistência de estereótipos em torno das relações de gênero e o reforço da heterossexualidade como única forma legítima de sexualidade. Os autores demonstram que, quando existem, as análises sobre

sexualidade não são explícitas, ficando subentendida a heterossexualidade como norma naturalizada.

Um exemplo paradigmático dessa construção encontra-se no livro de Língua Portuguesa. O texto *Coquetel* exemplifica a construção da mulher como ser fútil e superficial: na narrativa, mulheres em uma festa atribuem notas aos homens presentes, revelando-se ao final que a nota máxima não se referia ao homem, mas ao seu carro, conforme explicita a frase “Dez era o conjunto. Dois ele, oito a Mercedes” (Figura 1).

Figura 1 – Ilustração do texto *Coquetel*



Fonte: Cereja; Magalhães (2015, p. 40).

A análise dessa sequência revela múltiplos dispositivos de estereotipação operando simultaneamente. A imagem materializa visualmente o discurso da futilidade feminina: a mulher representada é branca, maquiada, com expressão facial perplexa (boca semiaberta, olhos arregalados), elementos que produzem efeito de sentido sobre a suposta incapacidade cognitiva feminina de discernir entre pessoa e objeto de consumo. Significativamente, o texto apresenta essa superficialidade em tom humorístico, como se a futilidade feminina fosse simultaneamente natural e risível, naturalizando a subordinação mediante o riso.

O enquadramento em close, centrando-se no rosto feminino maquiado,

reitera a associação naturalizada entre feminilidade e aparência física, enquanto a placa com o número dez posiciona a mulher simultaneamente como avaliadora, exercendo a ação de atribuir notas, e como avaliada, sendo ela própria reduzida a objeto mensurável. Como observa Foucault (2008), o discurso opera não apenas restringindo o que pode ser dito, mas também produzindo formas aparentemente livres de expressão que, na verdade, reforçam as mesmas estruturas de poder. A ausência de mulheres não-brancas na representação da festa opera um segundo silenciamento significativo: além de futilizadas, as mulheres representadas são racialmente homogeneizadas, invisibilizando intersecções entre gênero e raça que estruturam hierarquias sociais no Brasil contemporâneo. A branquitude opera aqui como norma não-marcada, como se mulheres brancas pudessem representar “todas as mulheres”, perpetuando a centralidade do corpo branco como universal.

A gordofobia manifesta-se de forma particularmente violenta nos materiais analisados. No livro de Língua Portuguesa, um texto sobre obesidade inicia-se com a afirmação de que o povo diz que os gordos são mentirosos e preguiçosos, andam pouco e comem mais do que confessam. Esse discurso profundamente ofensivo naturaliza o preconceito contra pessoas obesas, reforçando a associação entre corpo gordo e falta de caráter. As imagens contrapõem uma mulher obesa a uma mulher magra praticando exercícios, consolidando o binômio doença/obesidade *versus* saúde/magreza (Figuras 2 e 3).

Figuras 2 e 3 – Corpo gordo e corpo magro



Fonte: Cereja; Magalhães (2015, p. 210 e 212).

Essa sequência exemplifica claramente o funcionamento do dispositivo de biologização: hierarquias sociais e padrões estéticos culturalmente construídos são apresentados como fatos naturais e científicos. O corpo gordo não é simplesmente apresentado como diferente, mas como desviante, doente e moralmente inadequado. Fontinele e Costa (2020) argumentam que os padrões de beleza normatizadores operam como formas de agenciamento dos corpos na contemporaneidade, estabelecendo modos de subjetivação que vinculam a magreza à moralidade e ao autocontrole. A construção do “corpo ideal” articula-se aos jogos de poder que perpassam as relações sociais, produzindo práticas discursivas que engendram possibilidades limitadas de subjetivação feminina no tecido social.

A questão racial emerge como elemento estruturante fundamental dos processos de estereotipação. Rossini (2014) observa que o corpo feminino negro sofre normatizações estabelecidas por categorias étnico-raciais dominantes e pelas relações de gênero, sendo visto como corpo pronto para servir e ser dominado. Nos livros que analisamos, a presença de mulheres negras é escassa e, quando ocorre, vincula-se predominantemente a contextos de escravidão, pobreza ou servidão. Gonçalves et al. (2019), ao analisarem a invisibilidade das mulheres na história da ciência em livros didáticos, demonstram que essa exclusão é ainda mais acentuada para mulheres negras, que permanecem praticamente ausentes das narrativas científicas escolares.

Os autores argumentam que essa invisibilidade não é apenas simbólica: ela atua como formadora do imaginário sobre quem pode ser cientista, reforçando barreiras estruturais que dificultam o acesso de meninas negras às carreiras científicas.

No livro de Geografia, identificamos um padrão revelador: imagens de mulheres negras aparecem em seção sobre países subdesenvolvidos (Figura 4), demarcando um espaço geopolítico e simbólico que limita a ascensão feminina negra e traça identidades entrelaçadas à pobreza e marginalidade.

Figura 4 – Mulheres de países subdesenvolvidos



Fonte: Torrezani (2015, p. 113).

Cumprе destacar que o discurso da ideologia de poder, ao colocar as mulheres nos espaços de pobreza, reforça a ideia da superioridade masculina. Os corpos negros, no livro didático analisado, demarcam um espaço que limita a ascensão feminina, traçando identidades entrelaçadas ao problema do subdesenvolvimento. De modo implícito, esses corpos são responsabilizados pela prole que também é lançada nesse contexto de pobreza, criando uma identidade entrelaçada a essa condição. Determinados corpos são marcados identitariamente como diferentes ou marginais, estando associados a espaços particulares, enquanto outros são considerados normais e muitas vezes se colocando como neutros no discurso dominante (Ornat, 2008). Essa marcação espacial e geopolítica opera como dispositivo colonial que naturaliza a pobreza como característica intrínseca de mulheres negras de países periféricos,

ocultando processos históricos de exploração e subordinação.

No livro de História, a única imagem de mulher idosa revela essa marcação espacial: mostra uma avó negra no espaço doméstico, assumindo a função de cuidado dos netos. O corpo idoso feminino é estereotipado como assexuado e dependente, raramente associado a autonomia ou vida social ativa. A intersecção entre gênero, raça e idade produz tripla invisibilização: a mulher negra idosa existe nos materiais didáticos apenas como repositório de memória familiar, desprovida de desejos, projetos ou vida própria.

Wolf (1992) argumenta que a ditadura da beleza constitui o último e mais eficaz conjunto de crenças para manter intacto o domínio masculino, criando uma hierarquia vertical segundo a qual as mulheres precisam competir por recursos dos quais os homens se apropriaram. Nos livros didáticos que analisamos, essa ditadura materializa-se através de representações que excluem sistematicamente corpos não adequados aos padrões hegemônicos: mulheres gordas, idosas, negras ou com características físicas consideradas “desviantes” são sub-representadas ou apresentadas em contextos depreciativos.

O segundo eixo analítico evidencia a vinculação sistemática da imagem feminina a tarefas domésticas e de cuidado. Das 42 sequências discursivas examinadas na pesquisa original, 28 delas, equivalendo a significativos 66,7%, apresentavam mulheres executando ou referenciadas em relação a tarefas domésticas, compras para o lar, cuidado de crianças ou idosos, ou profissões historicamente feminizadas. Tedeschi (2012) observa que a educação produz uma imagem feminina confinada em torno da família, situada num plano de desigualdade em relação ao homem no poder, nas responsabilidades e nas opções de realização pessoal. Bastos (2015) destaca que ao ratificar nos livros didáticos a noção de mulher como força de trabalho secundária, contribui-se para manutenção do modelo homem-provedor e mulher-cuidadora, impondo às mulheres o papel praticamente unilateral de assistir e cuidar da família.

No livro de Língua Portuguesa, as tirinhas do casal Helga e Hagar

ilustram paradigmaticamente essa divisão de papéis. Enquanto Hagar dedica-se a aventuras e provisões pela pilhagem, ocupando a esfera pública através de ação e risco, Helga domina o espaço doméstico, responsabilizando-se pela limpeza, cozinha e cuidado com os filhos, ou seja, permanecendo na esfera privada dedicada à manutenção e reprodução. Em uma tirinha particularmente reveladora, Hagar comenta sobre o “charme juvenil” da esposa ao vê-la executando tarefas domésticas (Figura 5).

Figura 5 – Responsabilidade nas tarefas domésticas



Fonte: Cereja; Magalhães (2015, p. 246).

A análise dessa sequência revela operação simultânea dos três dispositivos que identificamos. Primeiro, a universalização opera apresentando a divisão sexual do trabalho como arranjo natural e inevitável, sem qualquer contextualização histórica ou cultural. Mesmo num contexto de fantasia humorística (*vikings* medievais), a naturalização dos papéis de gênero permanece intocada, sugerindo que transcendem tempo e espaço. Segundo, a biologização funciona não apresentando as tarefas domésticas como trabalho socialmente atribuído às mulheres, mas como expressão natural da feminilidade: Helga não trabalha em casa, ela expressa seu “charme feminino” por meio dessas atividades. Terceiro, a fragmentação atua fazendo com que Helga exista apenas em relação ao marido e aos filhos, como esposa e mãe, sem projetos, desejos ou vida que transcendam esses papéis.

No livro de Geografia, múltiplas imagens representam mulheres em

supermercados realizando compras (Figura 6). Essa representação cumpre dupla função ideológica. Por um lado, naturaliza o trabalho doméstico como responsabilidade feminina: quem compra os mantimentos presumivelmente os prepara. Por outro, associa mulheres à cultura de consumo e frivolidade. Engel (2008) observa que o desenvolvimento de discursos sobre um “gosto próprio do universo feminino” inseriu as mulheres na dinâmica da cidade moderna como consumidoras, ao mesmo tempo em que buscava diminuir sua importância em setores como economia e política.

Figura 6 – Mulher no supermercado



Fonte: Torrezani (2015, p. 108).

A análise dessas imagens de supermercado revela a sofisticação dos dispositivos de naturalização em operação. As mulheres não estão apenas fazendo compras: aparecem sorrindo, aparentemente satisfeitas, sugerindo que consumir para a família constitui fonte de prazer e realização feminina. Os carrinhos repletos de produtos alimentícios estabelecem conexão visual direta entre mulher e nutrição familiar, biologizando a responsabilidade feminina pelo cuidado pela alimentação.

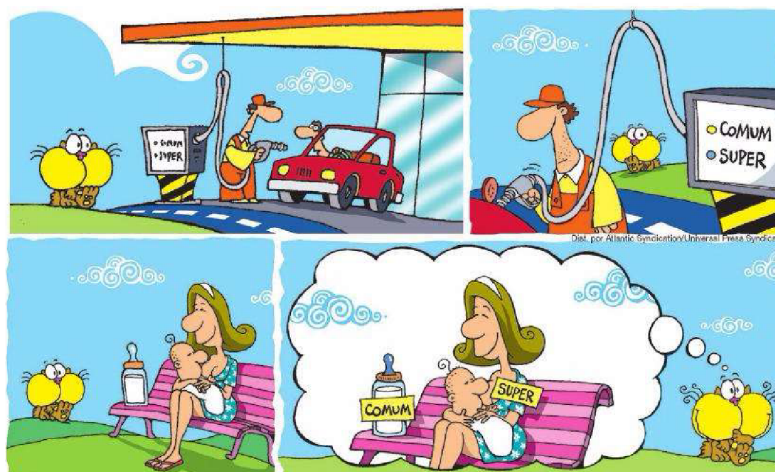
O terceiro eixo analítico demonstra como a maternidade emerge nos livros didáticos como destino natural, realização máxima e essência da feminilidade. Das 42 sequências analisadas na pesquisa original, 15 delas (correspondendo a 35,7%) apresentavam mulheres em contextos de

maternidade, gravidez, amamentação ou cuidado de crianças. Significativamente, nenhuma sequência representava mulheres explicitamente sem filhos por escolha, discutia autonomia reprodutiva ou apresentava a maternidade como uma entre múltiplas possibilidades de vida feminina. Emídio e Hashimoto (2008) observam que historicamente associou-se a sexualidade feminina à procriação, consolidando a crença de que a mulher só atingia completude por meio da maternidade, tornando-se “mulher em seu sentido completo” quando tinha filhos. Grisci (1995) vai além, destacando que as mulheres colocam o próprio corpo a serviço da reprodução das relações de gênero, e o ato sexual, para muitas, ainda se justifica somente quando voltado para fins reprodutivos, constituindo a maternidade compensação pela precária vida conjugal. Nos materiais que analisamos, o corpo feminino é sistematicamente reduzido à sua capacidade reprodutiva, apagando outras dimensões da sexualidade e existência femininas.

Rodrigues e Zoboli (2022) demonstram algo fundamental para nossa análise: a categoria “mulher” opera como dispositivo biopolítico de educação do corpo em políticas públicas que naturalizam a maternidade como destino. Práticas institucionais produzem e retroalimentam subjetividades femininas centradas na função reprodutiva, estabelecendo a maternidade não como escolha, mas como realização de uma suposta essência feminina. Essa análise converge diretamente com nossa identificação do dispositivo de biologização operando nos livros didáticos.

No livro de Língua Portuguesa, uma imagem particularmente problemática merece destaque (Figura 7).

Figura 7 – Maternidade



Fonte: Cereja; Magalhães (2015, p. 181).

A análise dessa sequência revela objetificação radical da mulher por múltiplos mecanismos articulados. A comparação explícita entre corpo feminino e máquina (posto de gasolina) desumaniza a mulher, reduzindo-a a objeto produtor de insumos para consumo. O termo “aditivado” mercantiliza a função biológica, enquanto a expressão “combustível que seu bebê precisa” posiciona a mulher exclusivamente como meio de nutrição de outro ser, apagando sua subjetividade e existência própria. Costa et al. (2006) argumentam que a naturalização e medicalização do corpo feminino constituem formas de controle social exercido através da reprodução, estabelecendo normas sobre como as mulheres devem experienciar e compreender seus próprios corpos.

O sorriso da mulher representada na imagem opera como poderoso dispositivo de naturalização. Ao apresentá-la aparentemente feliz e realizada em sua função nutridora, naturaliza-se a maternidade como fonte inquestionável de satisfação feminina. Não há espaço nessa representação para ambivalências, dificuldades, dores ou para a possibilidade de que a maternidade possa não ser fonte de realização para todas as mulheres. O dispositivo de biologização opera aqui em sua forma mais crua: a capacidade de amamentar é transformada na essência e destino da feminilidade.

No livro de Ciências, identificamos padrão semelhante: múltiplas

imagens apresentam mulheres amamentando, cuidando de crianças ou em contextos familiares (Usberco et al., 2015, p. 129, 133, 139 e 221). O sistema reprodutor feminino é abordado exclusivamente sob perspectiva biológica e reprodutiva (p. 195-203), sem qualquer discussão sobre prazer sexual, autonomia corporal ou direitos reprodutivos. A sexualidade feminina aparece apenas no contexto de doenças sexualmente transmissíveis (p. 204-208) ou como meio para procriação, reforçando associações negativas, relacionadas a doenças, ou instrumentais, voltadas para reprodução.

As famílias representadas seguem um padrão igualmente problemático: são predominantemente nucleares, heteronormativas e compostas por pai, mãe e filhos. Silva (2016) observa que essa representação nega as profundas transformações ocorridas na instituição familiar, reforçando o modelo tradicional no qual o pai é chefe e a mãe, responsável pelo cuidado. Não há representação de famílias monoparentais chefiadas por mulheres, nem de famílias homoafetivas, recompostas ou arranjos diversos, invisibilizando a pluralidade de configurações familiares contemporâneas.

Essas representações familiares exemplificam o funcionamento do dispositivo de universalização: ao apresentar exclusivamente o modelo nuclear heteronormativo, naturaliza-se essa configuração como única legítima e desejável. Famílias que não se conformam a esse padrão são invisibilizadas, produzindo efeito de anormalidade ou desvio. Mulheres que não constituem esse tipo de família, seja por escolha ou circunstância, são apagadas dos materiais didáticos, reforçando a maternidade no contexto do casamento heterossexual como único destino feminino legítimo.

No livro de História, um texto sobre *O papel da mulher no nazismo* revela problematização insuficiente de conteúdo histórico sensível. O texto reduz a função feminina à reprodução da raça, cabendo às mulheres suas funções relacionadas à “natureza”: procriar, cuidar dos filhos e da família (Grinberg; Dias; Pellegrini, 2015, p. 119). A imagem utilizada mostra uma mãe feliz com crianças, sob a legenda “O ideal nazista”

Figura 8 – Mãe feliz



Fonte: Grinberg; Dias; Pellegrini (2015, p. 119).

Essa sequência merece análise cuidadosa por suas implicações problemáticas. O texto não menciona as violências sistemáticas sofridas por mulheres alemãs, coagidas a procriar para o Estado, e judias, esterilizadas forçadamente ou assassinadas, nem as que resistiram ao regime nazista, simplificando experiências históricas complexas e traumáticas. Mais grave ainda, ao apresentar “o ideal nazista” através de imagem de maternidade feliz sem contextualização crítica adequada, arrisca-se naturalizar precisamente aquilo que deveria ser historicizado e problematizado: a redução da mulher à função reprodutiva a serviço de projetos políticos masculinos. Nielsson (2020) analisa como o planejamento familiar e a esterilização de mulheres no Brasil revelam a ambivalência entre a retórica dos direitos humanos e a prática do controle reprodutivo sobre o corpo das mulheres, demonstrando que políticas aparentemente neutras frequentemente mascaram dispositivos de controle biopolítico que incidem desigualmente sobre diferentes grupos de mulheres.

Conforme observa Beauvoir (1980), ninguém nasce mulher, torna-se mulher. Podemos afirmar que, sob a ótica dos livros didáticos analisados, espera-se que todas se tornem mães, consolidando a maternidade não como

escolha, mas como destino biológico e social inevitável. O livro de História exemplifica paradigmaticamente outro problema grave: o apagamento das mulheres na narrativa histórica oficial. Scott (1992) observa que a história das mulheres questiona o modo como o significado do termo geral “história” foi estabelecido, expondo a hierarquia implícita que prioriza a “história do homem”. Das 320 páginas do livro analisado, apenas sete imagens apresentam mulheres em posições de protagonismo histórico. Lutas sufragistas, movimentos feministas, conquistas de direitos e contribuições intelectuais femininas permanecem marginalizadas ou completamente ausentes.

Uma exceção significativa merece menção: a representação da presidente Dilma Rousseff (Grinberg; Dias; Pellegrini, 2015), identificada como primeira mulher a alcançar a presidência do Brasil. Entretanto, o livro não menciona o machismo e a misoginia enfrentados durante seu mandato, nem as especificidades de gênero em seu *impeachment*, perdendo oportunidade de problematizar as diferenças no tratamento de líderes mulheres e as barreiras que persistem mesmo quando mulheres alcançam posições de poder.

A diversidade sexual e de gênero encontra-se completamente ausente dos materiais analisados. Não identificamos qualquer representação de mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais ou pessoas não-binárias. A heteronormatividade é naturalizada pela repetição exclusiva de casais heterossexuais e famílias nucleares. Louro (2000) observa que nossos corpos se constituem na referência que ancora a identidade, mas nos livros didáticos apenas corpos conformados às normas heterossexuais e cisgêneras são validados como existentes. Mariano e Ferreira (2023) confirmam que essa invisibilização permanece como característica marcante dos livros didáticos contemporâneos, demonstrando que mesmo após décadas de lutas por reconhecimento, as diversidades sexuais e de gênero continuam apagadas dos materiais escolares.

A análise transversal dos três eixos permite sistematizar os três mecanismos discursivos principais através dos quais as representações

estereotipadas são naturalizadas nos livros didáticos. O primeiro mecanismo, a universalização, consiste em apresentar arranjos particulares, tais como família nuclear heteronormativa, divisão sexual do trabalho, padrões estéticos hegemônicos e maternidade compulsória, como universais e inevitáveis, apagando diversidades e possibilidades alternativas.

O segundo mecanismo, a biologização, opera justificando hierarquias sociais e divisões de papéis por diferenças biológicas, transformando construções culturais em fatos naturais. Fontinele e Costa (2020) demonstram como os padrões de beleza normatizadores identificam formas de agenciamento dos corpos na contemporaneidade, estabelecendo o “corpo ideal” a partir do entendimento dos jogos de poder que perpassam as relações sociais. A associação entre feminilidade e maternidade é apresentada como decorrência natural da capacidade reprodutiva, não como construção histórica. A vinculação entre mulheres e trabalho doméstico é naturalizada como expressão de características femininas inatas, como cuidado e sensibilidade, não como resultado de divisão social do trabalho. Beauvoir (1980) já alertava que reduzir a mulher à sua biologia constitui estratégia fundamental de naturalização da subordinação feminina.

O terceiro mecanismo, a fragmentação, consiste em apresentar mulheres sempre em relação a papéis específicos e fragmentados (sendo mãe, esposa, consumidora, corpo erotizado ou profissional em área feminizada), impedindo representações de mulheres como sujeitos integrais com múltiplas dimensões. Fischer (1996) observa que a fragmentação das identidades femininas impede a construção de subjetividades complexas e multidimensionais, fixando mulheres em posições específicas que favorecem sua subordinação.

Esses mecanismos operam de forma sutil e profundamente articulada na seleção de imagens, textos e exemplos que, cumulativamente, constroem um regime de verdade sobre o feminino. Como observa Foucault (2008), o discurso constitui-se como aquilo pelo que e com que se luta, disputando sentidos sobre o que significa ser mulher. As representações identificadas produzem efeitos

concretos e múltiplos na formação de subjetividades. Por um lado, limitam horizontes de possibilidades para meninas ao apresentar apenas formas estereotipadas de ser mulher e reforçam expectativas de dominação para meninos ao naturalizar privilégios masculinos como direitos. Por outro, invisibilizam experiências diversas de mulheres negras, gordas, idosas, lésbicas e trans, produzindo efeito de anormalidade ou inexistência. Essa invisibilização dificulta identificações positivas para estudantes que não se reconhecem nas representações hegemônicas e perpetua preconceitos que fundamentam discriminações e violências cotidianas.

Gonçalves et al. (2019) demonstram que a invisibilidade das mulheres na história da ciência em livros didáticos atua concretamente como formadora do imaginário sobre quem pode ser cientista, estabelecendo barreiras simbólicas que se materializam em trajetórias educacionais e profissionais. Ao representar a ciência como empreendimento essencialmente masculino, os materiais didáticos desencorajam meninas de seguirem carreiras científicas, produzindo efeitos concretos nas escolhas profissionais e na reprodução de desigualdades de gênero em diferentes campos do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo identificar e analisar os mecanismos discursivos específicos pelos quais livros didáticos naturalizam desigualdades de gênero. A análise evidenciou que três dispositivos (universalização, biologização e fragmentação) operam de forma sistemática e articulada na produção de feminilidades normativas, constituindo tecnologias de governamentalidade que regulam as possibilidades de existência disponíveis às estudantes.

Os dados quantitativos revelaram exclusões significativas: 82,6% das representações apresentavam mulheres brancas, magras, jovens, cisgêneras e heterossexuais. Mulheres negras, gordas, idosas e LGBTQIA+ foram sistematicamente sub-representadas ou invisibilizadas, evidenciando que os

mecanismos identificados produzem efeitos particularmente excludentes para corpos e identidades que escapam às normas hegemônicas.

A principal contribuição deste estudo reside em ir além da constatação de estereótipos, nomeando e descrevendo os mecanismos discursivos específicos que operam na naturalização de desigualdades, demonstrando a produtividade do conceito foucaultiano de biopoder para análise de materiais escolares.

Como implicações práticas, destacamos duas necessidades urgentes: aprimoramento dos critérios de avaliação do PNLD, incluindo análise sistemática dos mecanismos aqui identificados, e formação docente crítica que capacite professores e professoras para identificar e problematizar esses dispositivos em sala de aula. Compreender esses mecanismos constitui passo fundamental para construção de práticas pedagógicas transformadoras.

Reconhecemos limitações importantes. A análise de quatro livros de um único triênio não permite generalizações amplas. Pesquisas futuras poderiam ampliar o *corpus* temporal e disciplinar, investigar práticas docentes de mediação desses materiais, analisar a recepção estudantil e examinar impactos de marcos legais sobre as representações de gênero em materiais didáticos posteriores. Destacamos ainda a importância de estudos que articulem análise de materiais com práticas pedagógicas, uma vez que os livros não determinam mecanicamente as aprendizagens, sendo mediados por processos que podem tanto reforçar quanto questionar as representações.

Esperamos que esta pesquisa contribua para ampliar a compreensão sobre mecanismos de produção de desigualdades de gênero no dispositivo escolar e subsidie reflexões sobre desafios contemporâneos da educação em perspectiva de equidade e justiça social. O reconhecimento da historicidade das representações naturalizadas e a compreensão dos mecanismos pelos quais operam constituem passos fundamentais para sua desnaturalização e para abertura de possibilidades de transformação.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, F. Relações sociais de gênero e divisão sexual do trabalho: como essas instâncias se revelam nos livros didáticos de ciências do ensino fundamental. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 8, n. 16, p. 11-24, 2015.
- BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BRITO, R. S.; DALLABONA, C. A. O livro didático e seus estereótipos de gênero. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 32, n. 3, p. 769-795, 2014.
- CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. **Português linguagens**: 8º ano. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004.
- COSTA, T. et al. Naturalização e medicalização do corpo feminino: o controle social por meio da reprodução. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 10, n. 20, p. 363-380, 2006.
- DEL PRIORE, M. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Planeta, 2011.
- EMÍDIO, T. S.; HASHIMOTO, F. Entre filhos, irmãs e maridos: a identidade feminina por meio do outro. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 35-54, 2008.
- ENGEL, M. Psiquiatria e feminilidade. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 322-361.
- FISCHER, R. M. B. **Adolescência em discurso**: mídia e produção de subjetividade. 1996. 297 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.
- FONTINELE, T. P.; COSTA, M. J. A. A normatização do corpo feminino e os modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 20, n. 1, p. 1-11, 2020.

- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2008.
- FURTADO, R. N.; CAMILO, J. A. O. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 16, n. 3, p. 34-44, 2017.
- GONÇALVES, V. O. et al. A invisibilidade das mulheres na história da ciência: estudo de caso dos livros didáticos do sexto ao nono ano. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 5, n. 9, p. 15463-15485, 2019.
- GRINBERG, K.; DIAS, A. M.; PELLEGRINI, M. **Vontade de saber história**: 9º ano. 3. ed. São Paulo: FTD, 2015.
- GRISCI, C. L. I. **Mulher – mãe**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- LACERDA, R. C.; ROCHA, L. F. Fazer viver e deixar morrer: os mecanismos de controle do biopoder segundo Michel Foucault. **Kínesis**, Marília, v. 22, p. 148-163, 2018.
- LE GOFF, J. **História e memória**. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-34.
- LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 443-481.
- MARIANO, A. S.; FERREIRA, L. B. Relações de gênero e sexualidade em livros didáticos dos anos finais do ensino fundamental: um estudo de caso em uma escola de Ilicínea-MG. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 26, p. 1-21, 2023.
- NICARETA, S. E. Percorrendo alguns dos circuitos do livro escolar no Brasil: elucidando aspectos da mulher na Primeira República à Era Vargas. **Cadernos de InterPesquisas**, Curitiba, v. 1, p. 30-49, 2023.

NIELSSON, J. G. Planejamento familiar e esterilização de mulheres no Brasil: a ambivalência entre a retórica dos direitos humanos e a prática do controle reprodutivo sobre o corpo das mulheres. **Revista da Faculdade Mineira de Direito**, Belo Horizonte, v. 23, n. 45, p. 318-345, 2020.

OLIVEIRA, M. S.; COSTA, A. L. Livro didático no Brasil: um panorama do Programa Nacional do Livro e Material Didático. **Communitas**, Rio Branco, v. 5, n. 9, p. 393-401, 2021.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

ORNAT, M. J. **Território da prostituição e instituição do ser travesti em Ponta Grossa – PR**. 2008. 160 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2008.

RICCIOPOPO, A. C.; GATTI, G. C. V. Civismo e patriotismo na escolarização feminina no Brasil: a escola de economia doméstica de Uberaba (Minas Gerais, 1953-1963). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 19, n. 3, p. 1146-1169, 2020.

RODRIGUES, A. M. P.; ZOBOLI, F. A categoria “Mulher” como dispositivo biopolítico de educação do corpo. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 26, n. esp. 4, p. 1-18, 2022.

ROSEMBERG, F. A educação da mulher no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 3, n. 1-2, p. 18-21, 1975.

ROSSINI, R. E. Geografia e gênero: a mulher como força de trabalho no campo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 41-52, 2014.

SANTOS, N. R. O. Reflexões sobre o corpo feminino a partir da concepção foucaultiana. **Perspectivas em Diálogo**, Naviraí, v. 9, n. 21, p. 295-309, 2022.

SCOTT, J. História das mulheres. In: BURKE, P. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 63-95.

SILVA, C. R. Representações do masculino e do feminino nos livros didáticos de biologia. **Ensino em Re-Vista**, Uberlândia, v. 23, n. 1, p. 224-248, 2016.

TEDESCHI, L. A. **As mulheres e a história: uma introdução teórico-metodológica**. Dourados: Editora UFGD, 2012.

TORREZANI, N. C. **Vontade de saber geografia: 8º ano. 3. ed.** São Paulo: FTD, 2015.

USBERCO, J. et al. **Companhia das ciências: 8º ano. 4. ed.** São Paulo: Saraiva, 2015.

VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 77-104, 2004.

WOLF, N. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.